



PADRÕES EMERGENTES DE UMA CULTURA POLÍTICA JUVENIL NO SUL DO BRASIL¹

EMERGING PATTERNS OF A YOUTH POLITICAL CULTURE IN SOUTHERN BRAZIL

PATRONES DE EMERGENCIA DE UNA CULTURA POLÍTICA JUVENIL EN EL SUR DE BRASIL

Marcello Baquero²
Ana Julia Bonzanini Bernardi³
Jennifer Azambuja de Moraes⁴

Resumo: Este trabalho examina os diferentes processos de socialização política que ao longo da juventude influenciam a forma como o jovem vê o processo democrático e as possibilidades de construir uma outra cultura política juvenil assertiva. A hipótese é a de que há uma reprodução de padrões de comportamento político tradicionais entre os jovens. Os dados são de pesquisa survey conduzida com 2.035 jovens entre 13 e 26 anos nas três capitais do Sul do Brasil: Porto Alegre/RS, em 2015, e Florianópolis/SC e Curitiba/PR, em 2016. Os dados encontrados confirmam a hipótese formulada, apontando para a continuidade da cultura política híbrida nos jovens, marcada pela reprodução de traços autoritários, baixa confiança nas esferas institucional e interpessoal, bem como baixos níveis de capital social e interesse por política.

Palavras-chave: Socialização Política; Juventudes; Cultura Política; Democracia

Abstract: This paper examines the different processes of political socialization that, throughout youth, influence how young people comprehend the democratic process and the possibilities of building a new youth political culture. The hypothesis is that there is a reproduction of traditional patterns of political behaviour among young people. The research data are from a survey conducted with 2,035 youngsters between 13 and 24 years old in the three capitals of southern Brazil: Porto Alegre/RS, in 2015, and Florianópolis/SC and Curitiba/PR, in 2016. The results confirm our main hypothesis, pointing to the continuity of the hybrid political culture among the youth, marked by the reproduction of authoritarian

¹Conforme proposto pela UNESCO (2000) a faixa etária de jovens abarcada pela pesquisa é daqueles que têm entre 13 e 24 anos.

² Graduado em Ciência Política pela Florida International University (1975), mestre em Relações Internacionais pela Florida State University (1976) doutor em Ciência Política na Florida State University (1979), pós-doutor pela Universidade de Sussex, Inglaterra (2007) e Pesquisador visitante associado do Latin American Center, Oxford University (2014-2015). Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: nupesal@gmail.com

³Doutoranda em Ciência política na UFRGS. Pesquisadora do NUPESAL. E-mail: anajuliabernardi@hotmail.com

⁴Pós Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

patterns, low confidence in the institutional and interpersonal sphere, as well as low levels of social capital and interest in politics.

Keywords: Political Socialization; Youth; Political Culture; Democracy.

Resumen: Este trabajo examina los diferentes procesos de socialización política que al largo de la juventud influyen la forma como el joven ve el proceso democrático y las posibilidades de construir una cultura política juvenil más asertiva. La hipótesis que formulamos es que hay una reproducción de patrones de comportamiento político tradicionales entre los jóvenes. Los datos son de la investigación de survey conducida con 2.035 jóvenes entre 13 y 26 años en las tres capitales del sur de Brasil: Porto Alegre / RS, en 2015, y Florianópolis / SC y Curitiba / PR, en 2016. Los datos encontrados confirman la hipótesis formulada, apuntando la continuidad de la cultura política híbrida entre los jóvenes, marcada por la reproducción de rasgos autoritarios, baja confianza en las esferas institucional e interpersonal, así como, bajos niveles de capital social e interés por política

Palabras claves: Socialización Política; Juventudes; Cultura Política; Democracia

1 Introdução

Manifestações políticas recentes, como os eventos de 2013 e as ocupações dos secundaristas no ano de 2016, têm aquecido os debates no âmbito da cultura política, questionando se estaríamos presenciando o fortalecimento de uma juventude politicamente mais participativa no Brasil (CATTINI; MELLO, 2017). Esses movimentos tiveram uma prevalência de participação da juventude, o que instigou pesquisas que buscaram avaliar se haveria uma modificação do padrão de cultura política na juventude brasileira, o que a diferenciaria das gerações anteriores. Nessa direção, diversos autores (DIAMOND, 1994; MERKEL, 1999; WEFFORT, 1998) apontam a participação e o engajamento político como elementos necessários para uma maior qualidade democrática no longo prazo.

Nessa perspectiva, com base nos dados de opinião pública de pesquisas recentes (LATINOBAROMETRO, 2016; NUPESAL, 2015 e 2016) verificamos a continuidade de um padrão de afastamento das instituições políticas, por parte da população em geral e, especificamente, da parcela jovem. Os dados analisados continuam a mostrar uma juventude desinteressada e apática em relação às decisões do Governo e, ao mesmo tempo, relutantes em participar de organizações políticas tradicionais, sobretudo em partidos políticos. Entretanto, não há consenso a respeito da indiferença da juventude em relação à política. Para alguns autores (COHEN, 2013; GRAEBER, 2013; NORRIS, 2000; RECUERO, 2009; SCHMIDT, 2000), isto denotaria não afastamento dos jovens em relação à política, mas sim o surgimento de outras formas de engajamento político, através das novas tecnologias de comunicação,

(PPGCP/UFRGS), pesquisadora do NUPESAL. (jennifer.amorais@gmail.com)

principalmente a internet e as redes sociais.

Embora não se possa negar a importância da chamada democracia virtual no início do século XXI, a evidência de pesquisas sobre este tema ainda é inconsistente e pouco generalizável (DAHLBERG, 2011; MORAIS, 2017; ROTHSCILD, 2016). Neste artigo, argumentamos que a interpretação sobre o papel das novas tecnologias no estabelecimento de uma outra cultura política juvenil, mais ativa e assertiva, não está consolidada. Pelo contrário, há ainda um caminho a percorrer para entendermos com mais profundidade os efeitos dessas tecnologias nas atitudes e no comportamento político dos jovens no Brasil. Não há, portanto, em nossa opinião, um teorema estabelecido que relacione o uso de novas tecnologias de comunicação com a emergência de uma outra cultura política juvenil. A estruturação de uma cultura política da juventude depende, em grande parte, do contexto na qual essa questão é analisada.

Desse modo, considerando a teoria da cultura política (ALMOND; VERBA, 1963; BAQUERO, 2015), sugerimos que o apoio à política e ao sistema político é construído com experiências positivas contínuas que se traduzem em uma “memória democrática”, valorizando a política e a democracia como algo positivo. No entanto, o histórico brasileiro de interrupções democráticas, a herança patrimonialista e autoritária, bem como o mau desempenho das instituições políticas, a corrupção e a ineficiência na diminuição das mazelas sociais do país na atualidade têm contribuído para a apatia política da população e, sobretudo, para o desinteresse pela política na população jovem (BAQUERO, 2015).

Portanto, as bases da formação de uma cultura política são tributárias da forma como as crenças, normas e valores políticos são internalizados pelos jovens, em outras palavras, pelo processo de socialização política. Com base nesse pressuposto, problematizamos qual a influência dos diferentes agentes socializadores, como a família, a escola e a mídia, nos processos que impactam a forma como os jovens decodificam o processo democrático e a possibilidade de construir uma outra cultura política juvenil.

Este trabalho está estruturado em três partes, além da introdução. Na primeira parte, discutimos a literatura sobre cultura política, sobre socialização política e sobre os diferentes agentes de socialização política. Na segunda parte, abordamos características específicas da cultura política juvenil no Brasil, contextualizando, sobretudo, o momento histórico vivenciado. Na terceira parte, analisamos compreensões de jovens sobre a democracia e a política na atualidade, considerando suas expectativas em relação ao futuro, participação em manifestações políticas e percepção do quadro político do país. A análise é feita com base nos dados da pesquisa “Democracia, Mídia e Capital Social: um estudo de socialização política no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), conduzida com 2.035 jovens entre 13 e 24 anos nas três capitais do Sul do Brasil: Porto Alegre/RS, em 2015, e Florianópolis/SC e Curitiba/PR, em 2016. A metodologia utilizada para desenvolver este

trabalho é de caráter teórico-descritivo. A hipótese de trabalho postulada é a de que há uma reprodução de padrões de comportamento político tradicionais entre os jovens, que, diante da situação de inércia política existente, mantêm uma cultura política híbrida.

2 Cultura política e socialização política

Há um consenso entre cientistas políticos que a democracia contemporânea precisa não só de instituições formais de intermediação política, mas também de uma base normativa de apoio às instituições, às regras e aos procedimentos democráticos. Em outras palavras, de uma cultura política participativa e assertiva. Nesse contexto, a magnitude da participação dos jovens na política pode ser um indicativo da direção da democracia no Brasil, no futuro. Desse modo, uma cultura política se constrói por meio de uma conjugação entre a dimensão formal de regulação de relações sociais e a qualidade e natureza dos valores que são transmitidos de geração a geração.

O conceito de cultura política proposto por Almond e Verba (1963, p. 14-15), no seu estudo seminal sobre a cultura cívica, explicita-o como “[...] conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais baseia-se o comportamento de seus atores”. Para Almond e Verba (1963), pioneiros do estudo da cultura política, o conceito de cultura cívica possibilita desenhar um modelo de cidadania que seria mais propício à democracia. Tal objetivo, segundo os autores, seria alcançado via três tipos de orientações políticas, sendo elas: paroquial (ou tradicional), submissa (ou sujeita) e participativa. Com base nessa tipificação, uma cultura política de caráter cívico seria constituída por orientações participativas da população, ou seja, uma cultura política de respeito entre as elites governantes e a população. Seria, neste sentido, considerada como um modelo de cidadania ideal para a manutenção do sistema democrático.

Em estudo posterior, Ronald Inglehart (1977) iniciou uma nova dinâmica de estudos dentro da linha da cultura política diferenciando sociedades com valores materialistas e outras com valores pós-materialistas. O autor pontua que em sociedades cujas necessidades materiais primárias fossem sanadas, tais quais o acesso à moradia, à educação, à saúde e à segurança, desenvolver-se-iam valores pós-materialistas, resultando em um maior engajamento político e adesão aos valores democráticos. Posteriormente, em trabalho conjunto com Christian Welzel, Inglehart (2009) postulou a importância do ideal de desenvolvimento humano dentro da cultura política, associando a formação de capacidades como forma de emancipação, tanto de liberdades individuais, como de liberdades políticas e direito à cidadania (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Em estudo recente, Dalton e Welzel (2014), com base nos estudos de Inglehart (1977 e 2009), avançaram no conceito de cultura cívica de Almond e Verba (1963), objetivando compreender a cultura política e a mudança de valores nos sistemas democráticos da atualidade.

Os autores afirmam que a população estaria desenvolvendo valores mais assertivos (*assertive*) e de maior autoexpressão (*self-expressive*), diferentemente dos ideais de lealdade pública que constituem a cultura cívica de Almond e Verba (1963). Assim, as democracias dos dias de hoje teriam cidadãos mais críticos que levam a novos movimentos com desejo de mudança política (BERNARDI; COSTA, 2017). O Quadro 1 apresenta a descrição dos aspectos da cidadania leal (*allegiant*) e da cidadania assertiva (*assertive*), conforme propõem Dalton e Welzel.

Quadro 1 - Aspectos da cidadania Leal e Assertiva

Domínio	Cidadania Leal (<i>Allegiant</i>)	Cidadania Assertiva (<i>Assertive</i>)
Prioridades de Valores	Prioridades dos resultados das políticas públicas; ênfase na ordem e na segurança; limitação na ênfase da expressão e participação; predominância de valores materialistas e de proteção	Prioridades nas demandas; ênfase na expressão e na participação; limite na segurança e na ordem; prevalência nos valores pós-materialistas /emancipatórios
Orientação à autoridade	Deferência à autoridade na família, no trabalho e na política	Distanciamento da autoridade na família, no trabalho e na política
Confiança Institucional	Confiança nas instituições	Pouca confiança nas instituições
Apoio à Democracia	Apoio aos princípios da democracia e as suas práticas (satisfação cidadã)	Apoio aos princípios da democracia, mas baixo apoio às suas práticas (insatisfação cidadã)
Noção de democracia	Combinação de noções voltadas às demandas (participação) com noções voltadas aos resultados (democracia como uma ferramenta para atingir bens sociais)	Noções de democracia relacionadas às demandas se tornam dominantes
Ativismo político	Voto e outras formas convencionais de atividades que legitimam o regime	Elevada afinidade com ações não violentas e desafiadoras da elite política estabelecida
Consequências sistêmicas esperadas	Governança mais efetiva e responsável?	

Fonte: Dalton e Welzel (2014), tradução nossa.

Segundo o pressuposto dos autores, a insatisfação com o funcionamento das instituições e suas ineficiências em criar políticas públicas que reduzam as desigualdades mostram-se determinantes para explicar a transformação desse padrão comportamental. Diante da expansão do conceito de democracia, que passa a ser associada com bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento humano, observa-se uma modificação da natureza da cidadania democrática, na qual os cidadãos deixam de ser submissos e leais e passam a serem cidadãos críticos (*critical citizens*). Para Baquero e Morais (2015, p. 82 e 83), esse processo seria evidente não só nas democracias estabelecidas, como também nas novas democracias, perpetuando-se através da adoção de orientações assertivas e de autoexpressão.

No entanto, é preciso ter cautela em estabelecer uma relação de causa-efeito entre autoexpressão e geração de indivíduos participativos generalizável a todos os países. Acreditamos que tal associação, em países como o Brasil, é reduzida, prevalecendo uma cultura

política preponderantemente de caráter submisso. Nessa perspectiva, o teorema de Inglehart seria constrangido pelo contexto onde tal relação é pesquisada.

Isso não significa que se reconheça a importância do desenvolvimento de capacidades e recursos que garantam aos indivíduos autonomia e compreensão dos seus direitos e deveres, de forma que consigam se organizar para participar efetivamente do processo político, para além dos procedimentos formais de voto, com vistas ao fortalecimento da democracia. A constituição de cidadãos críticos e participativos envolveria a internalização de valores republicanos, importantes para o empoderamento político dos jovens cidadãos.

Uma cultura política que se solidifica combina, portanto, a dimensão institucional e a dimensão da cultura política. Assim, vai além da perspectiva formal tradicional que considera a democracia como uma forma de governo limitada às suas regras, procedimentos e ritos ou, como colocado por Anthony Downs (1975), a democracia seria uma enumeração de certas características que determinam as “regras do jogo” da democracia.

É imperativo, em nossa opinião, incorporar nos debates sobre construção democrática o grau de satisfação dos cidadãos com o regime e com a confiança que eles depositam nas instituições políticas. Com base nesta proposição, ao examinar o caso brasileiro se constata que, embora haja uma democracia legal e procedimental no que se refere ao funcionamento das instituições e à realização de eleições periódicas, esta dinâmica não se estendeu ao nível de ampliação de uma cultura política de participação, promovendo uma incongruência entre cultura política e instituições, e impedindo uma maior qualidade democrática e inclusão cidadã.

Fundamental para a construção de uma cultura política ativa e participativa é o processo por meio do qual os valores e normas sobre a política são internalizados pela juventude contemporânea. Tal processo de transmissão intergeracional de valores é denominado de socialização política. Esse processo envolve a internalização das normas, tradições e valores políticos da sociedade, sendo contínuo e sujeito a modificações ao longo de toda a vida do indivíduo (ALMOND; VERBA, 1963; BAQUERO; BAQUERO, 2014). As agências reconhecidas como sendo as mais importantes no processo de socialização política são a família, os amigos, os grupos associativos, a escola e os meios de comunicação. Embora diferentes teóricos tenham abordado este tema ao longo dos anos, não há convergências quanto à importância específica de cada ator na formação psicossocial do indivíduo e tampouco se este processo se dá de forma linear.

Assumindo a socialização como um processo dinâmico, cabe entender e delimitar o papel e a influência dos agentes nele inseridos. Segundo Paul Beck (1977), o processo de internalização e desenvolvimento de valores e atitudes políticas passa por três diferentes processos, sendo estes: exposição, comunicação e receptividade. No que se refere à exposição, em um primeiro momento a família é o principal meio de socialização do indivíduo. No entanto, quando o jovem inicia seu processo de escolarização, a exposição aos familiares como principal

agente de socialização começa a diminuir de forma que a exposição de outros agentes (escola, pares) chega a ser quase a mesma já na infância e durante a maior parte da adolescência (BECK, 1977).

Diferentemente da etapa de exposição, que ocorre de forma passiva, o processo da comunicação pode se desenvolver ativamente ou passivamente. A comunicação se desenvolve de forma ativa, na medida em que os interlocutores se expressam de maneira direta sobre assuntos políticos e orientações acerca de comportamentos e valores. Segundo Powell *et al.* (2014), a socialização direta ocorre através da família, escola, programas de governo e grupos de interesse. Contudo a comunicação passiva por meio de socialização indireta também pode afetar a formação de valores políticos, através da observação de comportamentos de adultos e pessoas próximas, como professores, ou formadores de opinião (POWELL *et al.*, 2014, p. 46 e 47). Quanto ao aspecto de receptividade, este diz respeito tanto ao nível de envolvimento do agente com o indivíduo – laços emocionais, natureza da relação – quanto ao momento da vida no qual esta relação ocorre, de forma que quanto mais próximo este agente estiver do jovem, maior será a sua influência na formação dos valores.

Vários trabalhos no Brasil discutem a importância da fase da adolescência no processo de internalização e formação de valores, sentimentos e comportamentos em relação à política (BAQUERO; BAQUERO, 2014; BERNARDI, 2017; MORAIS, 2017; NAZZARI, 2003; ZORZI, 2016). Os autores apontam que é ao longo da juventude e da inserção no ambiente escolar que ocorre um dos momentos mais intensos de desenvolvimento cognitivo e maior assimilação da esfera política pelos jovens (BAQUERO; MORAIS, 2015). Schmidt (2000) assinala que a escola pode ser considerada a única agência de socialização que se ocupa diretamente da transmissão intencional de atitudes políticas, uma vez que:

[...] a atividade de ensino é estritamente a transmissão planejada e sistemática de conhecimentos acerca da sociedade e do mundo. Na sala de aula são difundidas informações sobre as atividades e instituições políticas, analisados fatos políticos e debatidas as formas possíveis de inserção na vida sócio-política. Por isso, em todas as sociedades modernas o conhecimento político está fortemente associado à escolaridade (SCHMIDT, 2000, p. 69).

Dentro desse quadro, os diferentes processos de socialização política ao longo da juventude influenciam a forma como o jovem vê o processo democrático e o que ele entende pelo termo democracia. Neste momento de crise política e institucional do Brasil é relevante compreender o entendimento da juventude sobre o que está em jogo no processo democrático. No entanto, para este entendimento é fundamental compreender o histórico da construção da cultura política no país e suas heranças históricas, que serão discutidas a seguir.

3 CONSTRANGIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA POLÍTICA JUVENIL NO SUL DO BRASIL

A política brasileira tem sido ilustrada como uma situação na qual “o Brasil ainda tem um enorme passado pela frente ou um enorme futuro por detrás” (FERNANDES, 1999, p. 30). Nessa frase o autor tenta captar a influência da formação histórica e política do país que se mantém viva, não apenas na cultura política da população, regendo as relações sociais e as percepções da sociedade em relação às instituições, mas também permeando o funcionamento do próprio Estado. No que diz respeito à cidadania e consolidação democrática, reitera-se que a formação do Estado brasileiro como instituição precedeu a formação da sociedade civil, de forma que a primeira experiência com a democracia no país configurou-se como fortemente elitista.

A “cidadania concedida” está na gênese da construção da cidadania brasileira. Os portugueses, ao passo que lograram a construção de um país com uma enorme unidade territorial, não possibilitaram a criação de uma pátria brasileira ou de um sentimento de pertencimento cidadão. A população brasileira, à época da independência, era constituída por uma população analfabeta e escravocrata, operando em uma economia de monocultura e latifundiária (CARVALHO, 2002, p. 18).

Extensa é a bibliografia que buscou retratar a construção da cidadania, da cultura e do Estado brasileiro (CARVALHO, 2002; FAORO, 1979; HOLANDA, 1992; LEAL, 1978). Sérgio Buarque de Holanda (1992) destaca a herança ibérica da nossa colonização e, sobretudo, os traços personalistas que caracterizam todos os níveis de relações sociais e políticas decisivos para a estruturação do poder de forma a não haver uma distinção entre o Estado e a família, na qual o primeiro se torna uma extensão da segunda. O patrimonialismo, o coronelismo e o clientelismo perpassam toda a história do país, constituindo-se fundamentalmente em uma relação de troca de favores entre agentes políticos, agentes econômicos e cidadãos. Estas trocas se dão na concessão de benefícios públicos – como empregos, isenções fiscais, propinas e licitações – e apoio político, sobretudo por meio de voto (CARVALHO, 2002).

Do ponto de vista da socialização política e da manutenção da cultura política, principalmente no que tange à relação de transmissão intergeracional de valores para a juventude, a implicação mais contundente da prática do patrimonialismo, bem como seus derivados (coronelismo, clientelismo, etc.), é a legitimação a ela conferida pela população, de forma que a troca de favores é interiorizada dentro de uma concepção de moralidade pela população desde a sua juventude. Mesmo em frente dos escândalos de corrupção observados na prática pública e do descrédito das instituições políticas - pequenos desvios morais como concessão de cargos a parentes (nepotismo), voto e apoio a candidatos políticos conhecidos ou “famosos” (personalismo) a despeito da orientação dos partidos - são práticas que se mantêm nos dias atuais, preservando-se como elementos preponderantes da política do Brasil

(BAQUERO; BAQUERO, 2014, p. 67 e 68).

Essas características históricas contribuíram para a institucionalização de uma cultura política híbrida no país pós-redemocratização. A falta da construção de uma “memória democrática” pela população pode ser explicada pelas inúmeras interrupções deste regime no nível institucional ao longo da história brasileira, que é restrita a breves intervalos democráticos permeados por uma série de rupturas e tentativas de tomada do poder.

Essas rupturas democráticas se deram em grande parte por meio do uso da força. Elas podem ser observadas desde a Proclamação da República, que se deu por meio de um ato de força dos militares repetido na Revolução de 1930, bem como na tentativa de restauração das velhas oligarquias (1932), na “intentiona comunista” (1935), na ditadura do Estado Novo (1937-1945), no golpe que depôs Getúlio Vargas (1945), na tentativa de impedimento da posse de Getúlio Vargas (1950), nas tentativas de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek (1955), no impedimento do vice Café Filho, na tentativa de impedimento da posse de João Goulart (1961) e, por fim, no golpe de Estado de 1964 (SCHMIDT, 2000, p. 130). Além disso, há de se demarcar os próprios “golpes dentro do golpe” (CHIRIO, 2012; WEFFORT, 1992) que decorreram nas sucessões presidenciais ao longo da ditadura militar e que se deram até a restauração democrática em 1985, que, não por acaso, não ocorreu por eleição direta.

Assim, a ausência de uma normalidade democrática ao longo da formação histórica do Brasil impediu a construção de cidadãos que valorizassem o processo democrático como condução política do país ao perpetuar a ideia de uso da força como *modus operandi*, dificultando, portanto, a transmissão de uma “memória democrática” por parte dos adultos para os jovens. Nesse sentido, o golpe militar de 1964 e a transição para democracia em 1985 foram especialmente problemáticos, uma vez que a restauração da democracia se deu de forma pactuada entre as elites e restrita à eleição indireta, a despeito das demandas da população que foi às ruas pelas “Diretas Já” (MOISÉS, 2010).

Desse modo, a combinação dessas características históricas (clientelismo, patrimonialismo e personalismo), marcadas por uma cultura política autoritária e somadas a um processo de democratização pactuado no pós-governo militar, deram origem ao que se denomina de cultura política híbrida, uma vez que mescla comportamentos e valores autoritários a uma percepção positiva da democracia.

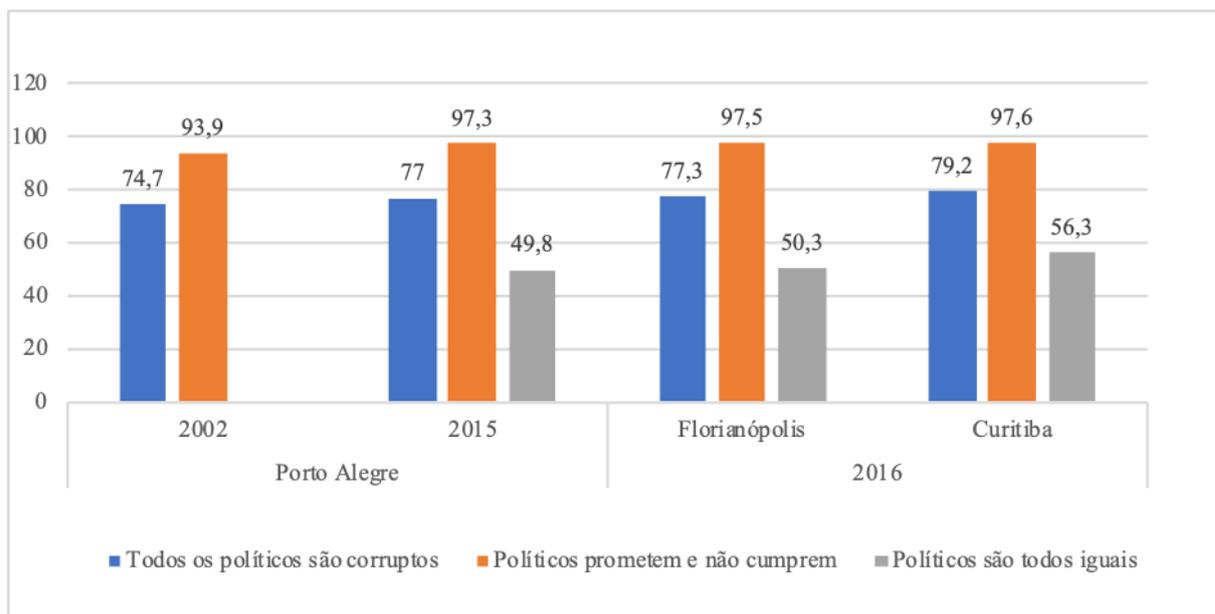
4 PADRÕES DE COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS JOVENS NO BRASIL

A construção da cidadania juvenil é um tema estratégico da atualidade não apenas em face da expressão numérica de jovens no país (17,24% da população brasileira, conforme censo do IBGE de 2010), mas também devido às dificuldades impostas à socialização desses jovens pelo próprio quadro estrutural da cultura política brasileira. Nessa perspectiva, os estudos recentes acerca de socialização política no Brasil vêm tentando entender qual a compreensão

dos jovens que se desenvolveram dentro de um contexto democrático relativamente estável acerca da política e da democracia e do seu papel como cidadãos no atual contexto de desigualdade social.

O Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL) tem realizado periodicamente pesquisas sobre socialização política no Sul do país, buscando analisar o que pensam os jovens em uma perspectiva longitudinal (BAQUERO; BAQUERO, 2014; BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016; BERNARDI, 2017; MORAIS, 2017; SILVEIRA, 2005; ZORZI, 2016). Um resultado recorrente dos estudos aqui examinados é o da falta de confiança dos jovens em relação ao governo. A desconfiança na política, já característica da cultura política brasileira, mostrou-se ainda maior nos últimos anos, dada a maior midiaticização dos escândalos de corrupção. Na última rodada da pesquisa intitulada “Democracia, mídia e capital social: um estudo comparativo da socialização de jovens do Sul do Brasil”, cujo escopo foi expandido para as três capitais do Sul do Brasil (Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC e Curitiba/PR) em 2015 e em 2016, constatou-se o impacto desta conjuntura ao perguntarmos e analisarmos a percepção que os jovens têm sobre os políticos, conforme exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Afirmações dos jovens sobre os políticos (concordam e concordam em parte) (%)



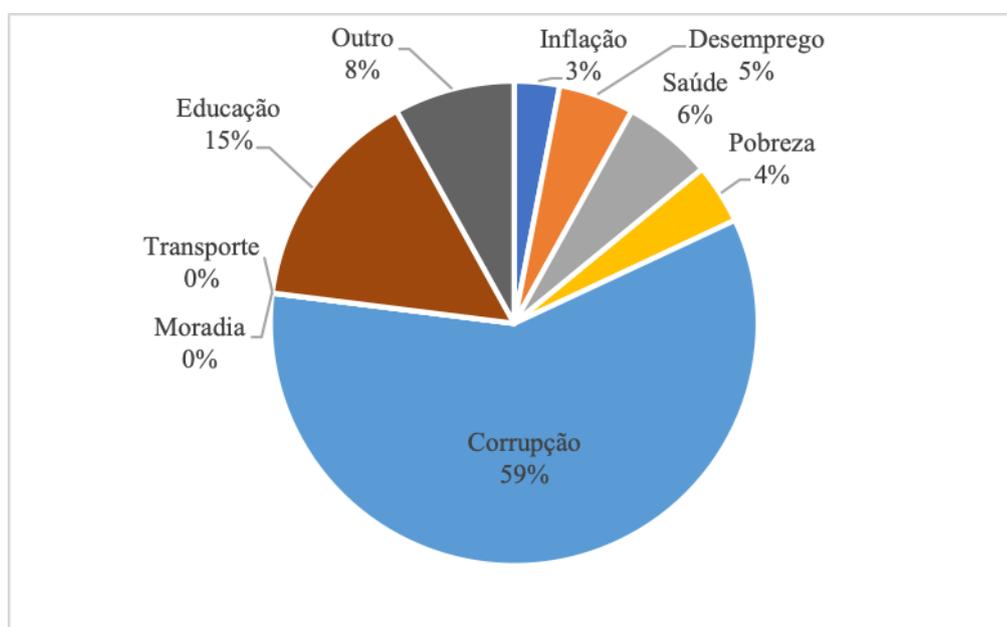
Fonte: NUPESAL, 2002, 2015 e 2016.

Conforme pode ser observado pelos dados do Gráfico 1, a percepção de que os políticos são corruptos está presente na cultura política juvenil e vem crescendo desde 2002. Na pesquisa realizada em Porto Alegre, em 2002, pelo NUPESAL, 74,7% dos jovens afirmaram que todos os políticos são corruptos e 93,9% afirmaram que a maioria dos políticos não cumpre com as suas promessas. Já na última rodada, que expandiu a amostra para as três capitais do Sul em

2015 e 2016, em média 78% dos jovens entrevistados concordaram ou concordam em parte que todos os políticos são corruptos (77% em Porto Alegre, 77,3% em Florianópolis e 79,2% em Curitiba). Essa percepção é reforçada pela ideia de que os políticos prometem e não cumprem, visto que, em média, 97% dos entrevistados concordam ou concordam em parte com esta afirmação (97,3% em Porto Alegre, 97,5% em Florianópolis e 97,6% em Curitiba). Além disso, em média 52% dos jovens concordam ou concordam em parte que os políticos brasileiros são todos iguais (49,8% em Porto Alegre, 50,3% em Florianópolis e 56,3% em Curitiba).

Parte dessa percepção de que os políticos são corruptos pode ser atribuída ao aumento da cobertura midiática, bem como da proliferação das notícias em tempo real por meio da internet, aplicativos de notícias e de redes sociais. Além disso, os jovens não apenas percebem os políticos como corruptos e ineficientes, como também apontam a corrupção como o maior problema no país, conforme exposto no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Em sua opinião qual é o principal problema do país?



Fonte: NUPESAL, 2015 e 2016.

Os dados do Gráfico 2 indicam que mais da metade dos respondentes percebem a corrupção como o maior problema no país, sendo quase quatro vezes mais mencionado que a educação, posicionada como segundo maior problema, com apenas 15%. De acordo com Albertson e Gadarian (2015), quando as pessoas percebem a corrupção como algo generalizado cria-se uma ansiedade política que incide diretamente no *modus operandi* das relações dos cidadãos com a política, especialmente em relação às fontes buscadas para obtenção de informação, suas redes de confiança, bem como suas atitudes políticas. Essas incertezas corroboram para o aumento dos níveis de desconfiança. Dentro deste contexto, perguntamos: 1)

quais as principais fontes que os jovens buscam para obter informações sobre política? e 2) em quem os jovens confiam?

Para responder a primeira questão, analisamos a Tabela 1 abaixo, que indica as principais fontes que os jovens buscam para formar a sua opinião sobre política.

Tabela 1 – No momento de formar uma opinião sobre questões políticas, qual a primeira e segunda instituição mais importante? (%)

	Porto Alegre		Florianópolis		Curitiba	
	1ª lugar	2ª lugar	1ª lugar	2ª lugar	1ª lugar	2ª lugar
Família	39	15	44	16	38	14
Igreja	3	5	2	5	3	8
Escola	18	16	18	20	18	17
Amizades	4	13	3	11	2	7
Televisão	7	10	6	12	13	16
Rádio	0	3	0	3	2	4
Jornal impresso/Revista	8	13	5	8	8	10
Internet/ Redes sociais	22	25	22	26	17	23

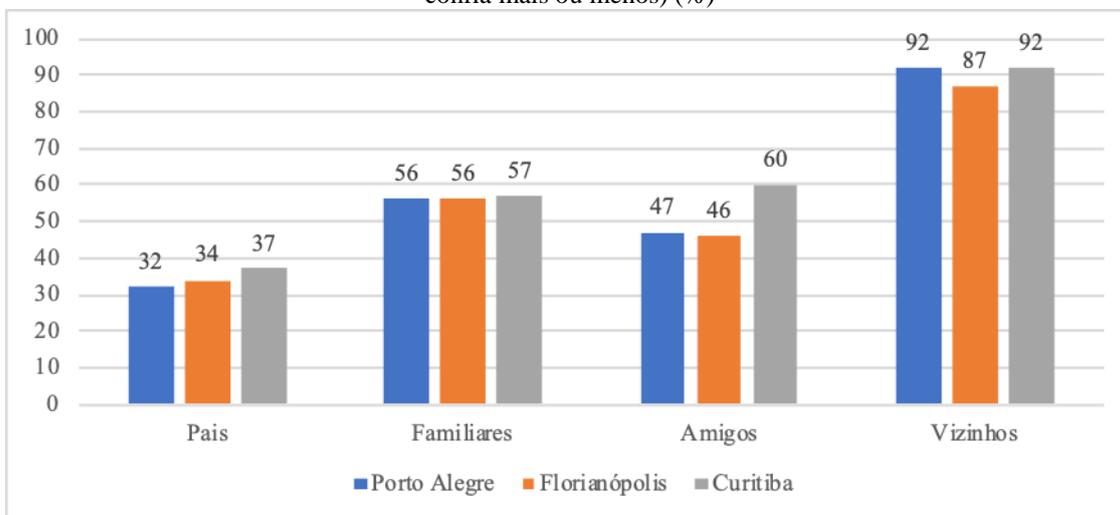
Fonte: NUPESAL 2015 e 2016.

Os dados da Tabela 1 indicam que a família permanece como a primeira agência socializadora da juventude nas três capitais investigadas, especificamente no que tange aos aspectos políticos. O principal destaque destes dados vai ao sentido da internet e as redes sociais ultrapassarem a indicação da escola, tida como a agência secundária em socialização dos jovens, que passa a ser a terceira agência citada. A internet mostra-se como o principal meio de busca de notícias em relação aos meios tradicionais de informação, como a televisão, jornais impressos e revistas. Esses dados vão ao encontro das afirmações de Paletz, Owen e Cook (2012) que consideram a internet como um novo agente socializador pelo fato de ser uma fonte de informação para os jovens, inclusive proporcionando a formação de opinião pública. A popularização da internet gerou expectativas da emergência de uma cultura política mais participativa entre a juventude, podendo possibilitar um novo campo de participação *online* que se tornaria efetivo *offline*. No entanto, a internet, a despeito de ser considerada um novo agente socializador, parece não ter impactado significativamente a cultura política juvenil brasileira (MORAIS, 2017, p. 129).

Para responder a segunda questão – em quem os jovens confiam? – dividimos as agências de socialização política em quatro tipos utilizando como critérios (1) o papel delas no processo de socialização dos jovens e (2) a proximidade delas com os jovens. A categorização foi a seguinte: instituições próximas (pais, familiares, amigos e vizinhos – Gráfico 3); instituições escolares (escola, movimentos estudantis, conselho escolar e grêmios estudantis – Gráfico 4); instituições formais (polícia, forças armadas, igreja, partidos políticos, judiciário,

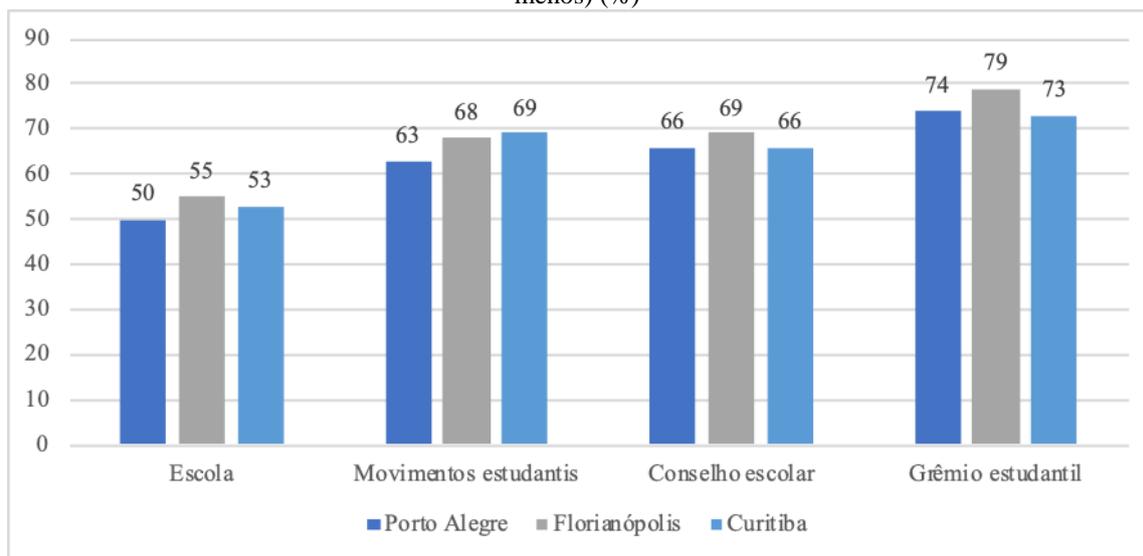
presidência, governo federal – Gráfico 5) e instituições de comunicação e informação (televisão, jornal escrito, rádio, internet – Gráfico 6). Os Gráficos abaixo apresentam os resultados das somas das categorias não confia e confia mais ou menos em relação a essas instituições.

Gráfico 3 – Desconfiança nas instituições de socialização próximas (soma das categorias não confia e confia mais ou menos) (%)



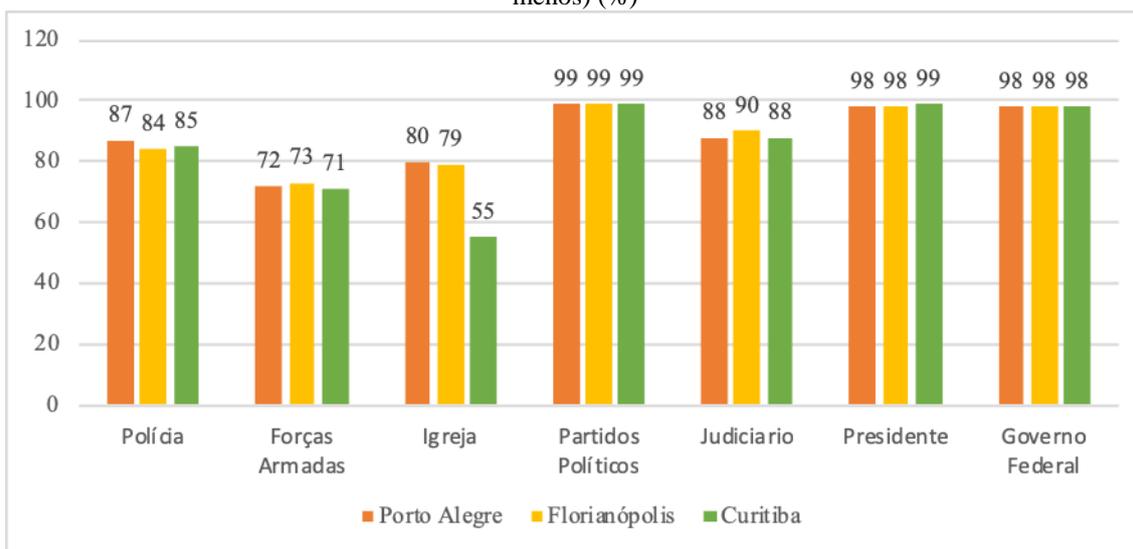
Fonte: NUPESAL, 2015 e 2016.

Gráfico 4 – Desconfiança nas instituições escolares (soma das categorias não confia e confia mais ou menos) (%)



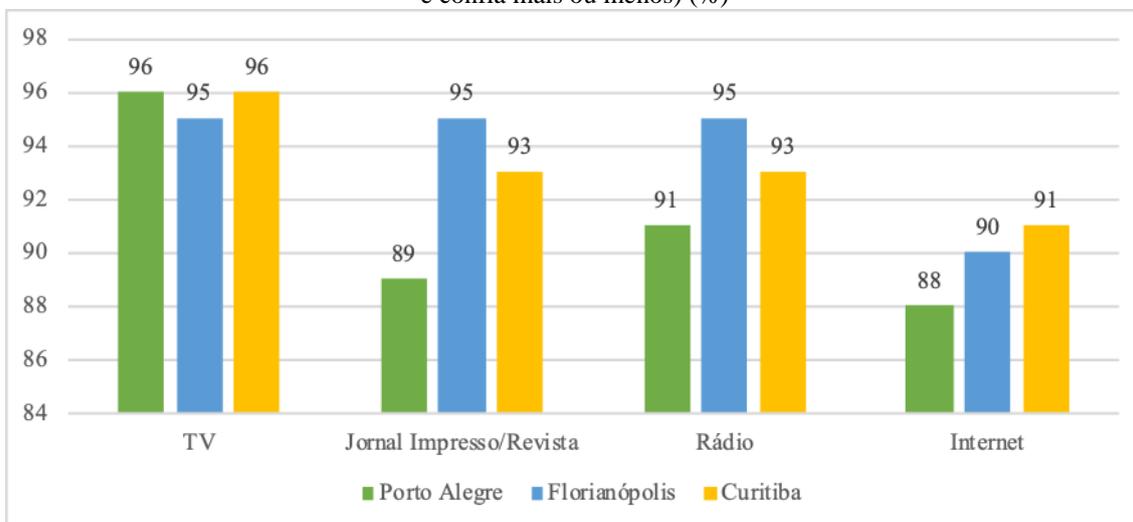
Fonte: NUPESAL, 2015 e 2016.

Gráfico 5 - Desconfiança nas instituições formais (soma das categorias não confia e confia mais ou menos) (%)



Fonte: NUPESAL, 2015 e 2016.

Gráfico 6 - Desconfiança nas instituições de comunicação e informação (soma das categorias não confia e confia mais ou menos) (%)



Fonte: NUPESAL, 2015 e 2016.

Os dados dos Gráfico 3 a 6 são contundentes em relação ao clima de desconfiança que assola o país desde 2005. A confiança é baixa e preocupa para uma nação que deseja fortalecer a democracia com o apoio normativo das novas gerações. Fundir as categorias “não confia” e “confia mais ou menos” e obter altas porcentagens de desconfiança pode ser um indício concreto de como se estruturam as atitudes num ambiente de ansiedade política e incerteza. Como já está amplamente documentado na bibliografia do campo da ciência política, a desconfiança institucional não é um fenômeno novo nem recente, assim, o que chama a atenção não é a existência da desconfiança e sim a magnitude dela, que transborda para todas as instâncias, inclusive as mais próximas dos jovens (BAQUERO; MORAIS, 2018). Dentro desse ambiente de incerteza, a busca de informação se dá por canais que são considerados mais

próximos e fidedignos. Os jovens cidadãos passam a confiar em determinados especialistas ou figuras consideradas relevantes na vida política em detrimento de outros que não são vistos como confiáveis.

Analisando os dados dos Gráfico 3 a 6, confirma-se o que foi observado na Tabela 1: os pais continuam a ser a principal instituição na qual os jovens confiam seguido de amigos, familiares e vizinhos. Um pressuposto comum da área de socialização é o de que a família é a fonte principal de transmissão cultural na sociedade. Sobretudo, que a crença dos adolescentes em relação à política espelha-se a partir dos seus pais (HYMAN, 1959; SIEGEL, 1989). Os dados aqui examinados tendem a confirmar esta hipótese. Além da família, as instituições identificadas como sendo as principais responsáveis pelo processo de socialização política são: a escola, os meios de comunicação e as instituições convencionais de representação política.

Na categoria referente a instituições escolares, mais da metade dos entrevistados não veem a escola como uma instituição confiável, seguida em percentagens ascendentes de desconfiança pelos movimentos escolares, conselho escolar e grêmio estudantil. Os meios de comunicação também são vistos pela maioria absoluta dos jovens como fontes não confiáveis, a despeito dos resultados da Tabela 1, que indicam a internet como uma importante fonte de informações sobre política. O fato mais grave, entretanto, diz respeito à confiabilidade que a juventude deposita nas instituições políticas de mediação política (partidos, judiciário, presidente, governo federal, polícia e Forças Armadas). Quase 100% dos jovens nos três estados pesquisados desconfiam das primeiras quatro instituições, enquanto que essa porcentagem cai, mas não significativamente, na média 85% para a polícia e 72% para as Forças Armadas.

Tais resultados indicam que as principais fontes geradoras de incerteza política são as próprias instituições de representação política, contribuindo para gerar atitudes de natureza antipolítica nos jovens. Quando isso ocorre os jovens cidadãos desenvolvem sentimentos de ansiedade política, que se manifestam na forma como se sentem em relação ao que acontece nas suas vidas quando o país enfrenta crises nas áreas materiais (saúde, educação, oportunidades, moradia e segurança). A Tabela 2 apresenta os dados referentes à questão sobre como os jovens se sentem com o estado das coisas no Brasil.

Tabela 2 – Como se sente em relação ao que acontece no Brasil (%)

	Porto Alegre	Florianópolis	Curitiba
Inseguro	24	24	22
Indignado	35	40	49
Assustado	6	8	5
Frustrado	22	17	17
Total	88	91	92

N = 2002

Fonte: NUPESAL, 2016.

Os sentimentos da juventude, que atualmente vive uma situação de crise política, econômica e social, não podiam ser outros a não ser de angústia e temor em relação ao futuro.

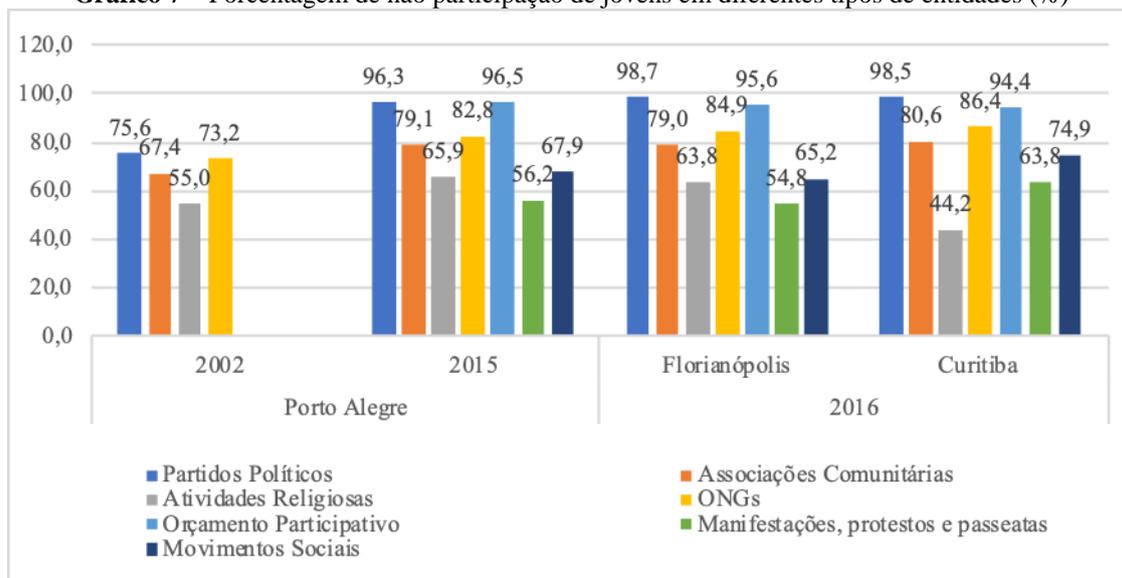
Os dados da Tabela 2 são ilustrativos dessa situação. Em média 90% dos entrevistados em Porto Alegre (88%), Florianópolis (91%) e Curitiba (92%) se enquadram nas categorias inseguro, indignado, assustado e frustrado.

Esses dados, em nossa opinião, atestam para o fato de que os estudos sobre o processo de socialização política têm superado as principais críticas formuladas no passado, principalmente aquelas que referem o seu componente necessariamente conservador. Esta crítica sugere que, embora os estudos sejam úteis para compreender os processos de manutenção de valores, eles não captam os processos de mudança. Consequentemente, o comportamento será sempre, segundo esta linha de análise, uma consequência parcial de estímulos situacionais e de disposições psicológicas das pessoas (GREENSTEIN, 1965). Uma segunda crítica diz respeito à impossibilidade de se utilizar dados de socialização para projetar comportamentos no futuro.

É importante salientar que os estudos de painéis têm resolvido o problema de captar mudanças ao longo do tempo. Acreditamos que o problema que ainda persiste é, no entanto, o do pouco interesse das Ciências Sociais no Brasil em realizar pesquisas de socialização política com crianças e adolescentes. Apesar do crescimento do número de pesquisas sobre o tema, não existem bases de dados que possibilitem previsões de atitudes longitudinais. Por exemplo, em 2009, segundo Sposito, Brenner e Moraes (2009, p.187), na Ciência Política somam-se oito os trabalhos com a temática cultura política, socialização política e capital social, tendo como objeto os jovens. A consequência tem sido o descaso da academia em examinar temas que revitalizam a questão do engajamento político dos jovens, como é o caso da cultura política e da participação social.

Assim, considerando a corrupção como o maior problema do país, sentindo-se frustrados, indignados, inseguros ou assustados em relação à política, é de se esperar que os jovens não tenham interesse em participar politicamente.

Gráfico 7 – Porcentagem de não participação de jovens em diferentes tipos de entidades (%)



Fonte: NUPESAL 2002, 2015 e 2016.

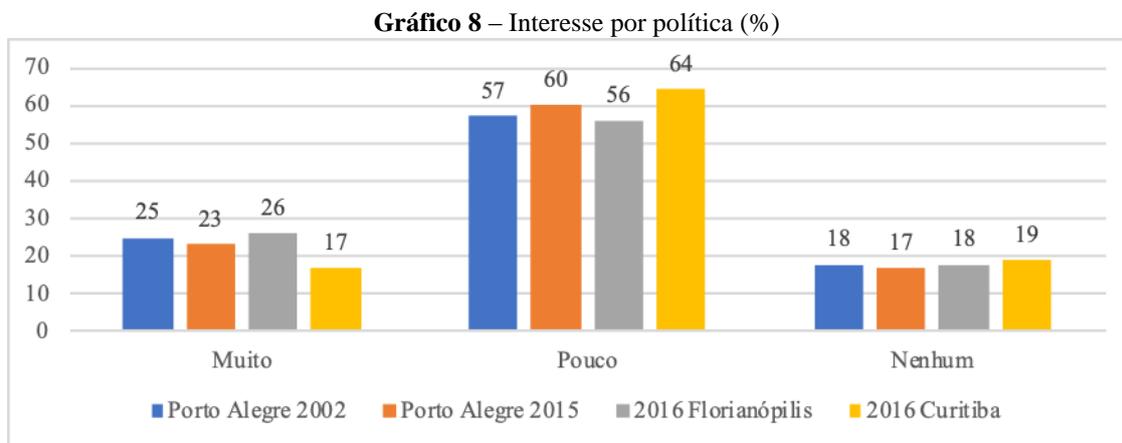
Os dados do Gráfico 7 revelam a baixa participação dos jovens em diferentes tipos de atividades de natureza social e política. A faixa de respostas que encontra menor nível de participação ainda são as atividades religiosas, que diminuiu em relação à pesquisa realizada em 2002 na cidade de Porto Alegre, aumentando a não participação de 55% para 65,9%, e, em Florianópolis, atingindo 63,8% de não participação. O mesmo não se observa para a cidade de Curitiba, na qual os jovens, em sua maioria, afirmam participar ou haver participado em 55,8% em 2016.

A não participação em partidos políticos também cresceu em relação à pesquisa de 2002. Em Porto Alegre, 75,6% dos jovens afirmaram não participar de partidos políticos em 2002, já em 2015 este número aumentou para 96,3% na mesma cidade e atingiu 98,7% e 98,5% nas cidades de Florianópolis e Curitiba, respectivamente. De acordo com O'Donnell (1993) e Avritzer (2002), a construção de uma cultura política, seja ela responsiva ou não, depende dos hábitos estabelecidos na sociedade, principalmente aqueles que perduram por muito tempo. Os dados aqui analisados sugerem que o hábito de participação política da população brasileira em instâncias políticas convencionais (partidos) é mínimo e está longe de ser a base sobre a qual se poderia pensar em constituir uma cultura política cívica. Na verdade, não apenas nas esferas estritamente políticas, mas em todas as esferas de atividades que demandem envolvimento de grupo, como em ONGs e associações comunitárias, além das já citadas atividades religiosas, vemos um aumento de não participação por parte dos jovens.

Embora o número de não participação em protestos e passeatas não seja tão baixo em algumas cidades, vemos que este não se transforma em atitudes e ações concretas, o que assinala novamente a necessidade de estudos longitudinais com jovens. Em resumo, os dados nos gráficos sugerem que, em relação aos padrões de participação política nos últimos anos, os

jovens dificilmente diferem dos hábitos participativos dos adultos.

O Gráfico 8, ao questionar sobre o interesse que os jovens têm sobre a política, também revela índices preocupantes.



Fonte: NUPESAL, 2002, 2015 e 2016.

Os dados do Gráfico 8 demonstram que o interesse pela política entre os jovens continua baixo (25% em Porto Alegre 2002, 23% em Porto Alegre 2015, 26% em Florianópolis 2016 e 17% em Curitiba 2016). Apesar de se constatar um pequeno aumento na categoria de pouco interesse, em Porto Alegre 2015 (60%) e Curitiba 2016 (64%), não se pode concluir que esteja em andamento o surgimento de uma outra cultura política juvenil, uma vez que os números relacionados a “nenhum interesse” em política são muito próximos entre 2002 (18%) e 2015-2016 (17% Porto Alegre, 18% Florianópolis e 19% Curitiba). Desse modo, em média, os jovens demonstram apatia em relação aos assuntos políticos e 60% têm pouco interesse em se informar sobre a política. Quando os jovens não demonstram interesse por questões políticas e não são incentivados a participar de atividades que envolvam convivência em grupo, a construção de uma cultura política assertiva torna-se mais difícil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período atual do Brasil, pós-processo de *impeachment* e de uma série de reformas sociais contrárias ao interesse da população, podemos falar em democracia consolidada no país? O Governo Brasileiro tem respaldo político em frente dos seus cidadãos? Os dados da pesquisa realizada nas três capitais do Sul do Brasil e examinados neste artigo sugerem que o engajamento dos jovens cidadãos com a política continua a ser reduzido, e o apoio a princípios democráticos se localiza mais na retórica do que na prática (BAQUERO; MORAIS, 2018, p. 49). No dia a dia da juventude os dados indicam que o sentimento é de desconfiança absoluta com a capacidade das instituições de proporcionar políticas públicas eficientes para produzir transformações estruturais dos valores e crenças sobre a política e suas instituições.

Os altos níveis de desconfiança, aliados à percepção da corrupção generalizada no país, revelam jovens frustrados, indignados e inseguros em frente da (situação do país, entretanto, estes seguem demonstrando comportamentos apáticos quanto à possibilidade de mobilização para demandar modificações. Para além das atividades estritamente políticas, podemos observar uma individualização geral do comportamento entre os jovens, que não participam de associações ou atividades em grupo, de forma que os prognósticos para o futuro de uma juventude politizada e engajada socialmente se mostram distantes. As principais agências socializadoras destes jovens ainda são os pais e familiares, o que estimula, segundo a hipótese formulada neste trabalho, a reprodução de uma cultura política de caráter híbrido e com fortes traços de apatia – visto que este é o quadro geral da população brasileira.

No que diz respeito ao fenômeno do aumento da influência da internet no processo de socialização política dos jovens, cabe comentar o impacto da reprodução de *fake news*, em um contexto político cada vez mais polarizado, inclusive incitado por elevados índices de intolerância política – sobretudo em ano de eleições. Podemos perceber que esta indignação capsulada dos jovens pelo difícil momento político em que vivemos não encontra amparo no aumento nos níveis de informação e debate sobre política. Por essas razões, não surpreende que, a despeito da institucionalização de rejeição às práticas autoritárias – tais como a corrupção-, não se constate uma institucionalização de valorização da democracia no seu sentido substantivo.

Referências

- ALBERTSON, B.; GADARIAN, S. K. 2015. **Anxious Politics: Democratic Citizenship in a Threatening World**. New York: Cambridge University Press, 2015.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**. Princeton, EUA: Princeton University Press, 1963.
- AVRITZER, L. **Democracy and public space in Latin America**. Princeton, Princeton University Press, 2002.
- BAQUERO, M. **A dimensão oculta da democracia latino-americana: a inércia e formas para superá-la**. 122f. Tese para promoção a Professor Titular – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BAQUERO, M. Um caminho alternativo no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.120-146.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R. V. A. Formação Cidadã dos Jovens no Contexto de um Regime Democrático Híbrido. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 50-82, 2014.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R. V.; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, out./dez. 2016.
- BAQUERO, M.; CASTRO, H. O. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, M. (Org.). **Partidos, democracia e cultura política**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

- BAQUERO, M.; CUNHA, P. Desconstruindo a Cultura Política Juvenil no Brasil. In: BAQUERO, R. V. **O jovem na agenda**. Agenda jovem. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.
- BAQUERO, M.; MORAIS, J. Padrões de comportamento político juvenil com novas tecnologias de mídia: o papel da tv e da internet na construção da cultura política no Brasil. **Tempo da Ciência**. UNIOESTE, Cascavel, v. 21, p. 69-84, 2014.
- _____. **Desigualdade e democracia na América Latina**: o papel da inércia na construção de uma cultura política democrática. In: 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA. **Anais do 1º Seminário Internacional de Ciência Política**, Porto Alegre, 9-11 set, 2015.
- _____. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil? In: BAQUERO, M. (Org.). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Editora Escritos, p. 15-57. 2018.
- BECK, P. A. The role of agents in political socialization. In: RENSHON, S. A. **Handbook of political socialization: theory and research**. Nova Iorque/Londres: The Free Press, 1977.
- BERNARDI, A. J. B. **Competência cívica em uma democracia desigual**: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BERNARDI, A. J. B.; COSTA, A. L. Juventude(S) No Sul Do Brasil: Interpretações sobre a Democracia. In VEIGA, L. F.; RIBEIRO, E. A.; GIMENES, E. R. (Orgs). **Comportamento político e opinião pública**: estudos sobre Brasil e América Latina. Curitiba: CPOP, 2018.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3a ed. Rio de Janeiro:
- CATINI, C.R.; MELLO, G. M. C. Escolas de luta, educação política. **Educação e Sociedade**, v.37, n.137, p.1177- 1202, 2017.
- CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- DALTON, R. J.; WELZEL, C. Political Culture and value change. In: DALTON, R. J.; WELZEL, C. **The civic culture transformed**: from allegiant to assertive citizens. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.
- DAHLBERG, Lincoln. 2011. **Re-constructing Digital Democracy**: An Outline of Four 'Positions'. *New Media and Society* 13, 6, 855-872.
- DIAMOND, L. **Political culture and democracy in developing countries**. Lynne Rienner, 1994.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975
- FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.
- FERNANDES, M. **Millôr definitivo**: a bíblia do caos. São Paulo: L&PM Editores, 1999.
- GRAEBER, D. **The democracy project**: a history, a crisis, a movement. New York. Spiegel and Grau, 2013.
- GREENSTEIN, F. **Children and politics**. New Haven: Yale University Press, 1965.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio: José Olympio, 1992.
- HYMAN, H. **Political socialization**: a study of the psychology of political behavior. New York, NY, US: Free Press, 1959.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- INGLEHART, R. **The silent revolution**: changing values and political styles among western publics. Princeton: Princeton University Press, 1977.

- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Ed. Verbena, 2009.
- LATINOBARÓMETRO. Banco de dados 2016: Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org>>, 2010. Acesso em: 10 de Junho, 2018.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1978.
- MERKEL, W. **Defective Democracies**. Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, Centro de Estudios Avanzados em Ciencias Sociales. Working Paper, 1999/132. Madrid, 1999.
- MOISÉS, J. A. **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas**. São Paulo: EDUSP, 2010.
- MORAIS, J. A. **Cultura política e capital social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. 286 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2017.
- NAZZARI, R. K. **Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- NORRIS, P. **A virtuous circle: political communications in post-industrial democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NUPESAL, 2015. Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina/UFRGS, 2015. Dados Recolhido no 1º semestre de 2015.
- NUPESAL, 2002. Pesquisa Capital Social e Juventude: Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina/UFRGS, 2012.
- O'DONNELL, G. On the State, Democratization and Some Conceptual Problems: Latin America View with Glances at some Post-communist Countries. **World Development**, vol. 21, n. 8, pp1355-1369, 1993
- PALETZ, D.; OWEN, D.; COOK, T. **21st century American government and politics**. Disponível em: <<http://2012books.lardbucket.org/pdfs/21st-century-american-government-and-politics.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- POWELL, G. B. **Comparative politics today: a world view**. Pearson Higher Ed., 2015.
- RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- ROTHSCHILD, J. The Logic of a Co-Operative Economy and Democracy 2.0: Recovering the Possibilities for Autonomy, Creativity, Solidarity, and Common Purpose. **The Sociological Quarterly**, v.57, n. 1, p.7-35. 2016.
- SCHMIDT, J. P. **Juventude e Política nos Anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil**. 2000. 392 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- SCHMIDT, E.; COHEN, J. **The new digital age: reshaping the future of people, nations and business**. New York: Alfred A. Knopf, 2013.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SIEGEL, L. S. IQ is irrelevant to the Definition of Learning Disabilities. **Journal of Learning Disabilities**, v. 22, n. 8, p. 469 - 478, 1989.
- SILVEIRA, A. F. **Capital social e educação: perspectivas sobre empoderamento da juventude de Porto Alegre**. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- SPOSITO, M.; BRENNER, A.; MORAES, F. Estudos sobre jovens na interface com a política. In: SPOSITO, M. P. (Org.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**:

educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.175-212.

WEFFORT, F. C. **Qual democracia?** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. New democracy and economic crisis in Latin America. In: OXHOM, P.; DUCATENZELLER, G. (Org.). **What kind of democracy? What kind of market?** Pennsylvania: University Park, 1998.

ZORZI, F. **Cidadania Desigual**: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Artigo recebido em: 29/06/2018

Artigo aceito para publicação em: 29/10/2018